

Do cordial desinteresse à busca de uma aproximação

Durante grande parte da história diplomática entre Peru e Brasil, os dois países mostraram um cordial desinteresse, pois, embora não existissem conflitos entre eles, tampouco havia maiores pontos de convergência e menos ainda cooperação ou integração.

A maioria dos autores peruanos e brasileiros coincide nas causas deste desinteresse inicial, mas prolongado. Assim, Mercado Jarrín diz o seguinte: O Brasil, tal como o resto dos países da América Latina, desenvolveu grande parte de suas relações dentro do modelo centro-periferia. Mesmo antes de sua independência, a chegada da família real portuguesa e a conseguinte abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas da metrópole marcaram claramente essa inserção. Durante grande parte desse século, o Brasil continuou voltado para o Atlântico; sua presença na África, por momentos, foi maior que suas vinculações com os países americanos da Bacia do Pacífico; economicamente, seguia ligado à Europa.

A barreira dos Andes e o vazio amazônico impediram por longo tempo a vinculação do Brasil com os países do Pacífico e, em particular, com o Peru. Entrementes, desenvolveu-se um relacionamento relativamente intenso, mas agitado com os países da Bacia do Prata, áreas mais povoadas em que as considerações geopolíticas derivadas das múltiplas vinculações e dos estímulos provenientes do rio Paraná criaram a necessidade de uma política exterior mais ativa. O Brasil teve uma política dinâmica e definida somente em relação aos países do Cone Sul, ao passo que com os demais países da América do Sul, devido à falta de correntes de tráfego para o interior e à escassez de contatos humanos, sua atuação se limitou à definição das fronteiras, como aconteceu com o Peru.¹⁵⁷

Sobre o mesmo tema, manifesta-se Gino Costa:

[...] o despovoamento e abandono de nossos respectivos territórios amazônicos impediu que esses elementos se plasmassem em uma interação real e efetiva e, portanto, além das relações formais que sempre mantivemos em nível diplomático, os vínculos de outros tipos foram quase inexistentes. A causa fundamental disso foi que, enquanto os principais núcleos econômicos e populacionais brasileiros se concentraram ao longo da costa atlântica, os principais núcleos econômicos e populacionais do Peru se situaram nos Andes e ao longo da costa do Pacífico. [...]

A falta de complementariedade entre as economias dos dois países aumentou ainda mais seu mútuo isolamento. Enquanto o Peru produzia minérios e produtos agrícolas, como açúcar e algodão, que serviam de matérias primas para a indústria dos países mais desenvolvidos, o Brasil fazia o mesmo, exportando entre outras coisas ouro, café e açúcar. Em certos casos, as exportações do Peru competiam com as do Brasil; em outros, não eram demandadas por nosso vizinho.¹⁵⁸

Não obstante, a partir da segunda metade do século XX, os dois países começaram progressivamente a tomar consciência da necessidade de mudar a inércia que marcava a relação bilateral. Políticos, intelectuais e diplomatas começaram a manifestar-se neste sentido. Entre outras coisas, dizia-se: As possibilidades dessa coesão “endógena” dependem crucialmente de que Brasil e Peru, situados na parte central do subcontinente, decidam trabalhar juntos com diligência e visão. Ambos os países devem assumir essa enorme responsabilidade, o primeiro despojando-se de atitudes autossuficientes e o segundo, superando seus atávicos receios, os quais se escudavam outrora atrás do argumento de que o Brasil estava voltado para o Atlântico e não estava interessado em nós. Agora utilizam o argumento de que somente interessamos ao Brasil como passagem para sua projeção na bacia do Pacífico.

Não há dúvida de que esses argumentos tiveram, e ainda têm, algum fundamento. Mas, de qualquer modo, o problema reside no excesso de cautela e parcimônia que geraram de nossa parte. Outros países sul-americanos, como Colômbia e Venezuela, e até o Chile e o Equador, que não limitam com o Brasil, estão estreitando vínculos com esse país. O tradicional temor do “hegemonismo brasileiro” parece que já não pesa tanto no ânimo daqueles países vizinhos.

Esse temor deveria pesar ainda menos no ânimo atual do Peru, pois além do fato de que nosso país também tem muito a ganhar com uma projeção para a bacia do Pacífico que inclua o Brasil, outras considerações resultantes do contexto regional e mundial contemporâneo levam a revalorizar a importância intrínseca do espaço e do mercado sul-americanos e, nesse sentido, conferem à convergência peruano-brasileira um valor estratégico próprio e independente de projeções extra-subcontinentais.¹⁵⁹

A seguir, veremos precisamente como se construiu esse longo processo de entendimento e cooperação.

As décadas de 1950 e 1960

Afora o papel mediador do Brasil em controvérsias ou conflitos do Peru com terceiros países, desde 1826 até 1950, ambos assinaram somente 36 atos internacionais, dos quais vinte correspondem ao século XX. Isso evidencia a baixa intensidade de nossa relação bilateral, a mesma que se manteria por algumas décadas, não obstante as visitas oficiais e declarações presidenciais assinadas nesse período.¹⁶⁰

No entanto, e embora lentamente, a partir de 1950 a relação bilateral do Peru com o Brasil melhorou, resultado de diversos fatores ocorridos em ambos os países. No caso do Brasil, aponta Costa, foram dois os fenômenos que criaram as condições para o enriquecimento da agenda bilateral: “A rápida industrialização do Brasil a partir de meados da década de 1950 e o início de seu processo de integração territorial, tendo como um dos aspectos centrais a expansão amazônica, escorada por um moderno sistema viário”.¹⁶¹

Nesse sentido, durante a presidência de Manuel A. Odría (1948–1956), Peru e Brasil assinam, em 17 de agosto de 1951, o *Acordo sobre o uso recíproco de canais de radiodifusão*, com o objetivo de permitir o uso recíproco dos canais de 1.120 Kc/s, pertencente à administração peruana, e de 860 Kc/s, pertencente à administração brasileira. Em seu primeiro artigo concordam com o uso recíproco desses dois canais destinados ao serviço de radiodifusão, pelo prazo de dez anos, prorrogáveis automaticamente por um período igual, salvo disposição futura diferente que afete a classificação e atribuição desses canais (quando então o convênio perderia sua vigência). Além disso, pactua-se a instalação da estação radiodifusora em Porto Alegre, que usaria a frequência de 1.120 Kc/s pertencente ao Peru, e o uso da frequência de 860 Kc/s pela Radio Nacional do Peru, em Lima.¹⁶² Também fica definido, como condição, que o uso desses canais não deve interferir na recepção normal de suas emissões e, caso isso aconteça, se dispõe a obrigação de realizar o ajuste correspondente. No entanto, se a interferência continuasse, a concessão caducaria automaticamente.¹⁶³ Lamentavelmente, este acordo não foi implementado.

Também durante a presidência de Odría aconteceram as primeiras visitas de importância entre ambos os países. Assim, em 25 de agosto de 1953, o general Odría encontrou-se no Rio de Janeiro com o presidente Getúlio Vargas, assinando uma *Declaração sobre Amizade e Colaboração*

em que dão conta dos diversos pontos de convergência existentes entre os dois países em questões de política internacional. Nessa declaração, os dois Estados reafirmam sua tradicional amizade, baseada no respeito mútuo, em comunhão com os ideais de paz e convivência jurídica internacional.¹⁶⁴ As partes também proclamam que não existe entre elas nenhum problema territorial ou político pendente e que nada poderia alterar esse “feliz estado de coisas”.¹⁶⁵ Por último, mencionam seu compromisso de continuar com a política de boa vizinhança, sempre respeitando os princípios de autonomia e soberania, tratamento de igualdade e auxílio mútuo, sem interferência nos assuntos internos de cada um dos países.¹⁶⁶

Nessa visita, os chefes de Estado também subscreveram a *Declaração sobre portos fluviais livres na bacia amazônica*. Mediante essa declaração, Peru e Brasil se comprometem a estudar as medidas necessárias para declarar o porto de Iquitos e outros de interesse e conveniência recíprocos como portos fluviais livres na bacia do Amazonas.¹⁶⁷

Do mesmo modo, em 28 de agosto do mesmo ano, Peru e Brasil celebraram o *Acordo para a constituição de uma comissão mista destinada a estudar o desenvolvimento de matérias primas*,¹⁶⁸ o *Acordo para a constituição de uma comissão mista destinada a estudar o desenvolvimento do intercâmbio comercial*,¹⁶⁹ o *Acordo para a constituição de uma comissão mista destinada a estudar meios de transporte e portos livres com o Brasil*,¹⁷⁰ o *Acordo sobre transporte aéreo*,¹⁷¹ e o *Acordo sobre censos*.¹⁷²

Posteriormente, em 1º de abril de 1955, os dois países assinaram o *Acordo sobre liberação de impostos sobre os automóveis dos funcionários consulares*, o qual foi substituído em 1976.¹⁷³

Em 1957, com Manuel Prado Ugarteche no poder (1956–1962), ocorre a visita ao Peru do chanceler brasileiro José Carlos de Macedo Soares, cujo objetivo era realizar gestões a favor de um acordo entre Peru e Equador. Em 29 de novembro desse ano, celebra-se o *Convênio sobre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica*. Por este tratado, define-se a criação de uma comissão mista para estudar e formular um programa amplo de cooperação comercial,¹⁷⁴ a qual examinará as condições atuais e possibilidades futuras de cooperação, as peculiaridades da situação fronteiriça, a condição de navegação fluvial da época, a possibilidade de criar estradas e a de facilitar investimentos.

Em 28 de maio de 1958, diante do descontentamento das políticas protecionistas estabelecidas pelos Estados Unidos, que causaram um

impacto negativo nas economias latino-americanas, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek propôs o que se denominou *Operação Pan-americana*, um conjunto de ações por parte dos países da região para se contrapor aos subsídios e dumpings decretados pela grande potência industrial e financeira do norte. Essa iniciativa foi acolhida com grande interesse pelo Peru, instalando-se, em 10 de abril de 1959, a Comissão Peruana da Operação Pan-americana; essas medidas levaram à criação, por parte do Conselho da OEA, do Comité Especial para estudar a formulação de novas medidas de cooperação econômica, mais conhecido como *Comitê dos 21*.¹⁷⁵

Em 1961, o presidente Manuel Prado faria uma visita ao Brasil e assinaria, em 1o de agosto, uma declaração conjunta com o presidente Jânio Quadros, o qual renunciaria em seguida, sendo sucedido por seu vice-presidente João Goulart; pouco depois, houve o golpe militar que iniciaria um longo período de ditadura no Brasil (1964–1985).¹⁷⁶ Nessa declaração, os presidentes de ambos os países reiteravam seus propósitos de colaboração estabelecendo um sistema de consultas sobre interesses comuns;¹⁷⁷ reafirmavam a intangibilidade dos tratados e demais compromissos internacionais;¹⁷⁸ se comprometiam a erradicar o subdesenvolvimento econômico para preservar as instituições livres e a democracia no continente;¹⁷⁹ reiteravam a adesão ao princípio de autodeterminação dos povos, exercido através de eleições livres e periódicas baseadas no respeito dos direitos humanos.¹⁸⁰ Também reiteravam o respeito pelas garantias e liberdades essenciais à dignidade da pessoa humana, contidas na Carta da ONU, na Carta da OEA e na Declaração Universal dos Direitos do Homem;¹⁸¹ seu compromisso por consolidar as bases econômicas e sociais no sistema interamericano, preservando os valores e procurando a paz mundial;¹⁸² finalmente, reconheciam a latinidade como um vínculo espiritual de um grupo de Estados que luta pela civilização ocidental, cristã e democrática.¹⁸³

Já com Fernando Belaúnde Terry na Presidência do Peru (1963–1968) ambos os países celebram um *Convênio sanitário*, em 16 de julho de 1965, com o propósito de eliminar ou diminuir os danos que pairam sobre as comunidades da região geográfica limítrofe dos departamentos de Madre de Dios e Loreto (Peru) e os estados do Amazonas e do Acre (Brasil). Definem-se como problemas comuns: a erradicação da varíola, malária, febre amarela selvática, lepra, tuberculose, enfermidades venéreas e outras.¹⁸⁴ Entre as disposições gerais, ambas as partes se comprometem,

entre outras coisas, a ampliar, melhorar e incrementar o serviço de saúde; autorizar o intercâmbio de informações de saúde; intercambiar pessoal, para capacitação; promover a educação sanitária.¹⁸⁵ Também é criado um comitê de coordenação que contará com a assessoria do Escritório Sanitário Pan-americano.¹⁸⁶

Em 30 de novembro de 1966, Peru e Brasil assinam o *Acordo sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica*, pelo qual se comprometem a prestar ampla assistência mútua em todos os aspectos de aplicação da energia atômica para fins pacíficos;¹⁸⁷ do mesmo modo, a Comissão Nacional de Energia Atômica de ambos os países elaboraria um programa conjunto de cooperação sobre:¹⁸⁸ intercâmbio de informações e ideias, formalização e aperfeiçoamento de pessoal técnico e especializado, assistência técnico-científica e coordenação da política à luz das responsabilidades de Peru e Brasil como membros do Organismo Internacional de Energia Atômica da ONU e da OEA.¹⁸⁹

A seguir, em 1º de dezembro de 1966, os dois países assinam a *Declaração conjunta de adesão a princípios fundamentais interamericanos*, onde manifestam sua posição nacionalista frente ao investimento estrangeiro. Mais tarde, em 22 de novembro de 1967, celebra-se o *Acordo para a supressão de vistos nos passaportes diplomáticos e especiais*. Por meio deste tratado, ambos os países se comprometem a excluir da exigência de visto nos passaportes diplomáticos e especiais (neste último caso, somente para entrar e permanecer por seis meses), tanto no sentido Peru-Brasil como Brasil-Peru; também concordam que as limitações dos passaportes especiais não se aplicam ao pessoal administrativo designado para prestar serviços de missão diplomática ou estabelecimento consular em ambos os países.

Finalmente, no que se refere ao comércio bilateral durante esses anos, caberia ressaltar que, depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil começou a empreender uma nova estratégia de desenvolvimento, com o objetivo de promover de maneira agressiva sua agricultura e indústria, criando-se então as condições para sua complementariedade econômica com o Peru, principalmente porque nosso país manteve essencialmente uma economia dependente dos setores primários e uma indústria de bens de capital bastante pequena. Além disso, o Brasil começou a buscar fontes energéticas nos países vizinhos, convertendo-se em um importante importador de petróleo. Tudo isso marcou uma nova relação econômica e comercial entre o Brasil e os países da sub-região, incluído o Peru.¹⁹⁰

Os doze anos de ditadura militar no Peru (1968–1980)

Em 3 de outubro de 1968, inicia-se uma longa ditadura militar no Peru, depois do golpe de Estado do general Juan Velasco Alvarado, que depôs o presidente constitucional Fernando Belaúnde Terry.

A ideologia e as características da Junta Militar do Peru – muito distinta da que imperava entre os militares que governavam o Brasil naquela época – determinaram (se cabe o termo) um esfriamento das relações bilaterais, surgindo, além disso, alguns temas de discrepância, como a construção da chamada Rodovia Marginal da Selva, que mereceu uma reação negativa do Brasil.

Sobre as características distintas das duas ditaduras, comenta Beleván:

Uma segunda fase coincide com a relação antagônica entre o general Velasco Alvarado e seus pares brasileiros. Nesta etapa, revivem temores atávicos de ordem geopolítica e estratégica que concebem o Brasil como uma ameaça para nossa segurança e integridade territoriais, obstaculizando lamentavelmente as oportunidades de aproximação benéfica que deviam existir entre os dois países.¹⁹¹

No mesmo sentido, Kisic afirma que:

A estratégia seguida no Peru com o fim de conseguir esses objetivos (modernização e desenvolvimento) foi o enfrentamento com os Estados Unidos e a aplicação de uma política exterior de não-alinhamento, com um fomento do terceiro-mundismo que, em geral, levou a distintos e variados conflitos com os setores de esquerda. No Brasil, ao contrário, priorizou-se de maneira incisiva o investimento estrangeiro, buscando-se uma aliança econômica com os Estados Unidos e propiciando-se um capitalismo de direita baseado nas burguesias nacionais com o apoio do Estado.¹⁹²

Finalmente, sobre essa questão, afirma Gino Costa:

Os países com governos mais progressistas (como o peruano) viam no Brasil o aliado privilegiado dos Estados Unidos na região. Indicadores disso eram a crescente presença do capital multinacional no Brasil, a coincidência entre o Brasil e os Estados Unidos em questões de segurança global e regional e a participação indireta e clandestina dos serviços de inteligência brasileiros em outros países da região, em apoio às forças conservadoras. Colômbia e Venezuela, membros ativos do Pacto Andino, [...] viam no modelo político brasileiro uma ameaça aos regimes democráticos

constitucionais. Por sua vez, a Argentina sentia que o crescimento econômico do Brasil e a expansão da penetração brasileira na bacia do Prata ameaçavam seus interesses históricos nessa região. Tudo isso configurava um quadro regional em que Brasil se encontrava, sem dúvida, isolado. [...] Salvo certas semelhanças ideológicas institucionais, os governos militares do Peru e do Brasil tinham percepções e prioridades políticas distintas, bem como estratégias de desenvolvimento bastante opostas [...]. Embora fossem claramente anticomunistas e se opusessem à revolução para baixo, os militares peruanos, ao contrário de seus equivalentes brasileiros, acreditavam que a modernização não poderia ter êxito sem uma mudança radical das estruturas socioeconômicas [...].

O governo militar peruano desenvolveu uma política exterior não alinhada, adotou uma presença ativa em foros terceiro-mundistas, fortaleceu seus laços com os países socialistas [...] e foi um dos primeiros países a restabelecer relações diplomáticas e econômicas com Cuba [...] a fim de contribuir para contrabalançar a influência política do Brasil na região e fortalecer a própria beligerância peruana frente aos Estados Unidos.¹⁹³

Além disso, Costa acrescenta como outro fator que contribuiu negativamente para que o Peru tivesse uma percepção pouco propícia em relação ao Brasil o fato de que a expansão amazônica brasileira ter contado não somente com o apoio ativo da banca internacional e do capital multinacional – que estava sendo fortemente regulamentado nos países andinos – como foi acompanhada de uma crescente presença militar nessa região, com bases militares e uma vasta rede de aeroportos capazes de permitir a operação de aviões militares. Pensava-se que depois que o Brasil conquistasse seu próprio território, continuaria o processo expansionista em territórios vizinhos. Como dizia o embaixador Teixeira Soares: “a experiência histórica está ali para demonstrar que, mesmo quando claramente demarcadas e definidas, as fronteiras nunca são permanentes ou definitivas [...] elas têm seu próprio dinamismo e tanto avançam como retrocedem”.¹⁹⁴ Tudo isso impediu que o Peru e o resto dos países andinos percebessem os benefícios de fortalecer a relação com o Brasil.

Essa situação complicou-se ainda mais quando, em outubro de 1969, assumiu a Presidência do Brasil o general Emílio Garrastazu Médici, que era então o chefe do Serviço Nacional de Informações. Essa mudança de mando aprofundou as diferenças e o distanciamento em relação ao governo revolucionário de Velasco.

Não obstante, a necessidade de ambos os países de consolidar posições comuns frente a determinados temas de interesse mútuo, bem como as crescentes divergências entre Brasil e Estados Unidos, propiciaram aproximações esporádicas e pontuais. Uma delas ocorreu com a visita a Brasília do chanceler peruano Edgardo Mercado Jarrín, que assinou uma *Declaração Conjunta* com seu equivalente brasileiro em 24 de março de 1971. Um dos itens dessa declaração definia uma posição comum em relação ao novo direito do mar,¹⁹⁵ além de um acordo pelo qual se criava a Comissão Mista encarregada da aplicação do convênio cultural de 1945.

Em 12 de abril de 1973, assinaram-se o *Convênio sobre transporte marítimo*¹⁹⁶ e a *Ata de intenção sobre transporte fluvial*. No primeiro tratado, definiam-se os delineamentos e procedimentos do transporte marítimo de mercadorias, com a repartição equitativa de fretes obtidos por navios de bandeira peruana e de bandeira brasileira;¹⁹⁷ excluía-se o transporte a granel e de petróleo e seus derivados da aplicação do convênio;¹⁹⁸ permitia-se o embarque de navios de terceira bandeira se não houvesse disponibilidade em navios do Peru ou do Brasil;¹⁹⁹ também se concordava que os armadores de ambos os países deviam constituir um acordo de tarifas e serviços,²⁰⁰ bem como a criação de amplos fundos monetários de arrecadação.²⁰¹ É importante ressaltar que se excluía da aplicação deste tratado os transportes de mercadorias por vias fluviais.²⁰²

Posteriormente, em 14 de julho de 1973, assinou-se uma *Declaração Conjunta* na cidade de Lima, quando da visita do chanceler brasileiro Mário Gibson Barbosa. Nessa data também se celebrou o *Convênio de intercâmbio cultural* entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil.²⁰³ Esse tratado substituiu o *convênio cultural de 1945* e segue vigente até hoje. Ambos os Estados se comprometem a promover o intercâmbio cultural, apoiando a obra que, em seu território, realizam instituições consagradas à difusão do idioma, a educação, as ciências e os valores culturais e artísticos da outra parte;²⁰⁴ igualmente, se comprometem a intensificar o intercâmbio de professores e profissionais mediante cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão.²⁰⁵ Do mesmo modo, fica estabelecido que ambos os países colaborarão por via diplomática, criando facilidades para ingressar em estudos universitários e de pós-graduação por meio de bolsas; e, de maneira importante, se estabelece que um certo número de estudantes de cada Estado-parte poderá ingressar em instituições de educação superior do outro sem exame de admissão e exonerados do pagamento de

matrícula, exames e ensino.²⁰⁶ Do mesmo modo, se estabelece que os títulos e diplomas terão pleno valor em ambos os países depois do cumprimento de formalidades requeridas.²⁰⁷ Peru e Brasil também se comprometem amplamente a realizar intercâmbio cultural de publicações, emissões e eventos.²⁰⁸ Finalmente, concorda-se com a criação de uma comissão mista para avaliar, apresentar sugestões e recomendações.²⁰⁹

Em 29 de agosto de 1975, depois de um levante na cidade de Tacna, acontece uma mudança na condução da Junta Militar no Peru. O general Francisco Morales Bermúdez assume a Presidência, cargo que ocuparia até 28 de julho de 1980. Durante sua permanência no poder, haveria um entendimento melhor com a ditadura brasileira, dadas as características ideológicas de Morales Bermúdez e do regime que a partir de então se implantou no Peru. Com efeito, o abandono pelo regime militar peruano dos aspectos mais radicais de seu modelo socioeconômico contribuiu para criar um clima de maior confiança com o regime militar brasileiro. Ademais, ambos os regimes militares estavam comprometidos com a transferência do poder aos civis. Havia também uma tomada de consciência cada vez maior entre as autoridades peruanas da conveniência de variar nossos esquemas de alianças na América do Sul. Do mesmo modo, devido à crise aguda provocada pela subida dos preços do petróleo no mundo, a partir de 1973 o Brasil modificou sua política exterior, buscando uma aproximação mais consistente com os países da região. A forma como a crise internacional afetou o Brasil serviu para mostrar aos seus dirigentes sua vulnerabilidade, o que favoreceu uma política de aproximação com o Peru. Essa mudança seria particularmente bem acolhida pelo general Morales Bermúdez, como bem explica Costa: Se antes nossa posição no equilíbrio de forças do Cone Sul estava garantida por nossa amizade com a Argentina, hoje, no contexto das mudanças antes descritas, essa posição, para ser mantida, não pode depender exclusivamente de nossos excelentes vínculos com a Argentina, mas deve ser reforçada com a consolidação de uma relação o mais estreita possível com o Brasil. Isso se deve não somente ao fato de que a Argentina conseguiu superar suas diferenças com o Chile e com o Brasil e, portanto, perdeu seu interesse em cultivar preferencialmente a amizade com o Peru, mas também porque entre as duas potências regionais mais importantes, é o Brasil e não a Argentina – tanto em termos relativos como absolutos – que é chamado a desempenhar o papel dominante e fundamental no equilíbrio de forças na América do Sul.

Seria então suicida desconhecer isso e seguir percebendo nossa situação geopolítica como a percebíamos no passado, uma vez que [...] a validade do esquema de eixos de poder prevalecente até há pouco (Brasília-Santiago, Buenos Aires-Lima) ficou totalmente questionada pelas mudanças mencionadas.²¹⁰

Assim, em 6 outubro de 1975, firma-se com Brasil o acordo pelo qual se constitui uma Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira peruano-brasileira, com o propósito de inspecionar os 86 marcos entre a nascente do rio Javari e a confluência do arroio Yaverija com o rio Acre; reconstruir os marcos destruídos e reparar os danificados; documentar toda sua atuação mediante atas; reunir as atas e elaborar um ata final.

Dois dias depois, em 8 de outubro de 1975, celebra-se o *Convênio básico de cooperação técnica e científica*,²¹¹ com o objetivo de obter um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos do Peru e do Brasil.²¹² Entre as modalidades de cooperação que o tratado estabelece estão, entre outros:²¹³ o intercâmbio de informação, a capacitação mediante visitas e bolsas de especialização, projetos de pesquisa conjunta, intercâmbio de especialistas e cientistas. Além disso, aos funcionários e especialistas designados para trabalhar no território do outro país parte serão aplicados os privilégios e isenções dos funcionários e especialistas da ONU, entre outros benefícios, como apoio logístico, facilidades de transporte, alojamento e manutenção.²¹⁴ O tratado teria uma duração de cinco anos prorrogáveis tacitamente.²¹⁵

Em 7 de novembro de 1975, Lima recebeu novamente a visita do chanceler brasileiro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, ocasião em que foi emitido um *comunicado conjunto*. Nele, o Brasil reiterava seu interesse pelos metais e minerais não ferrosos peruanos e expressava sua disposição de intercambiar informações científicas e tecnológicas, especialmente no campo nuclear.

Nessa ocasião também foi assinado o *Acordo para a conservação da flora e fauna dos territórios amazônicos* de ambos os países.²¹⁶ Esse tratado tem como precedentes a *Convenção para a proteção da flora e a fauna e as belezas cênicas naturais dos países de América* (1940) e a *Convenção sobre o comércio internacional de espécies ameaçadas da flora e fauna silvestres* (1973). O acordo tinha por objeto intercambiar e regulamentar a informação sobre a flora e a fauna através da Direção Geral Florestal e de Fauna do Ministério de Agricultura do Peru e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal do Brasil.²¹⁷ Nesse sentido, decidiu-se promover

o intercâmbio de informações de pesquisas sobre o tema²¹⁸ e efetuar reuniões de técnicos para chegar a diretivas uniformes.²¹⁹ Os dois países também se comprometeram a suprimir a importação ou o trânsito de produtos naturais originários de uma das partes cuja exportação estivesse proibida em seu território.

Por fim, Peru e Brasil assinam nessa mesma data o *Convênio de cooperação turística* que estabelece a obrigação de levar adiante a coordenação necessária para incrementar as correntes turísticas entre ambos os países,²²⁰ assessoria recíproca para a criação de publicidade e propaganda turística²²¹ e a criação de circuitos turísticos peruano-brasileiros.²²² Do mesmo modo, se comprometem a trocar informações sobre turismo²²³ e educação turística,²²⁴ bem como criar programas de intercâmbio de pessoal técnico e especializado para capacitação e treinamento.²²⁵

Mas, além desses acordos, apenas um ano depois de assumir o poder, o general Morales Bermúdez buscava uma aproximação mais consistente com o Brasil, e isso se traduziria em um histórico encontro com seu colega brasileiro. Com efeito, em 5 de novembro de 1976, acontece o encontro em águas do Amazonas dos presidentes Francisco Morales Bermúdez (a bordo da canhoneira BAP *Ucayali*) e Ernesto Geisel (a bordo do barco de patrulha fluvial *Pedro Teixeira*). Nesse encontro, procurou-se iniciar um novo período em nossa relação de vizinhança e foram assinados, além de uma *Declaração Conjunta*,²²⁶ um total de doze acordos internacionais: um *Convênio comercial*,²²⁷ o *Convênio de assistência recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência*,²²⁸ o *Acordo de constituição da subcomissão mista peruano-brasileira para a Amazônia*; o *Acordo sobre a instalação e funcionamento na cidade de São Paulo de um escritório da Minerio Perú Comercial*; o *Acordo para a criação do grupo técnico misto para estudar o estabelecimento de um sistema de ajuda à navegação no rio Amazonas*; o *Acordo para o estabelecimento de uma comissão bilateral encarregada de estudar o uso recíproco das frequências destinadas à radiodifusão em onda média, assim como a cooperação em telecomunicações e serviços postais*; o *Acordo sobre saúde no meio tropical*; o *Convênio sobre transportes fluviais*,²²⁹ o *Acordo para o início de negociações acerca da possibilidade de uma ação conjunta de uma empresa mineradora especial para atividades no setor do cobre*; o *Acordo para que o transporte fluvial seja organizado por armadores peruanos e brasileiros até a entrada em vigência do Acordo de tarifas e serviços*; o *Acordo para o*

*estabelecimento de um grupo ad-hoc para estudar o trânsito de pessoas e embarcações na área fronteiriça; o Convênio de abastecimento de produtos; o Acordo para a utilização de estações costeiras e de barcos na região amazônica e o Acordo para o início de negociações sobre o estabelecimento de um depósito franco para o Peru em território brasileiro.*²³⁰

Sobre a importância desse encontro e o ponto de inflexão que ele significou para a relação bilateral, afirma De Zela:

A declaração presidencial Morales Bermúdez–Geisel [...] gerou novos campos de vinculação e deu uma clara orientação à relação bilateral. Essa orientação foi seguida de maneira muito profissional e eficiente pela Chancelaria peruana.

A aproximação gerada pelo governo de Morales Bermúdez teve um mérito muito grande, pois identificou as coincidências em matéria de política internacional em temas tais como Nações Unidas, comércio internacional, direito do mar, OEA, ALALC, SELA e a integração sub-regional; gerou conteúdos tangíveis onde antes não existiam, a partir da ineludível vinculação amazônica entre ambos os países, impulsionando uma agenda positiva com a criação da Subcomissão Mista para a Amazônia, mudando o signo da visão sobre a floresta amazônica [...] e gerou igualmente áreas de cooperação de especial interesse para o Brasil, com um conteúdo econômico crítico, como a energia.²³¹

No mesmo sentido, se manifesta Costa:

O encontro presidencial foi simbólico, na medida em que, ao ocorrer ao longo da fronteira amazônica, os dois países não somente estavam pondo de lado suas diferenças e antagonismos do passado, como estavam afirmando sua vocação amazônica e seu desejo de cooperar no desenvolvimento da região.

Assim, a cooperação amazônica se converteu na coluna vertebral da relação peruano-brasileira. Além disso, esse encontro constituiu a primeira ação no mais alto nível destinada a acabar com o isolamento histórico entre ambos os países e contribuiu para elevar a significação de suas relações bilaterais.²³²

Em 1977, o Brasil também formula uma proposta transcendente destinada à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica,²³³ o qual teria por objeto garantir a exclusiva autoridade dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia, a soberania de cada Estado no desenvolvimento de seus próprios recursos amazônicos e a cooperação regional para o desenvolvimento e proteção dos recursos da região. Sobre isso, diz Costa:

O Tratado de Cooperação Amazônica foi o instrumento projetado pelo Itamaraty para enfrentar a suspeita e a desconfiança de seus vizinhos amazônicos em relação aos avanços brasileiros na região. O fato de o Brasil optar por utilizar um instrumento multilateral para conseguir esses fins representou uma mudança substancial em relação ao tradicional estilo diplomático brasileiro, caracterizado por uma forte ênfase no bilateralismo e a atribuição de importância secundária ao multilateralismo.²³⁴

Esse tratado foi uma ação concreta e coerente do Brasil e dos países amazônicos para dirigir e manejar o destino da Amazônia, freando dessa maneira as tentativas desenvolvidas em nível internacional para converter esse espaço em uma zona internacional ou grande reserva mundial. Esse processo tinha de ser liderado pelo Brasil, tendo em vista seu peso específico e a área que ocupa da Amazônia (69,2%), e respaldado pelos outros países que possuem território amazônico, como Peru (11,1%),²³⁵ Bolívia (9,9%), Colômbia (3,4%), Venezuela (2,5%) e Equador (1,9%).²³⁶ Nesse mesmo sentido manifesta-se Mercado Jarrín:

O Brasil segue uma estratégia mundial e regional de aumento de influência e prestígio. Esgotado o potencial de colaboração bilateral com seus vizinhos, promove o Pacto Amazônico como instrumento de solidariedade regional, para vertebrar uma Amazônia sul-americana. O Brasil é o país de maior massa crítica amazônica, o único que limita com os demais países da sub-região, o personagem central do Pacto e, portanto, o grande centro de irradiação política, econômica e tecnológica da Amazônia [...].²³⁷

Em 15 de julho desse mesmo ano, por ocasião da visita ao Rio de Janeiro do Chanceler do Peru, José de la Puente Rabbil, anuncia-se a aceitação dessa proposta através de uma Declaração Conjunta firmada dois dias depois, acordo que é finalmente celebrado em Brasília em 3 de julho de 1978.²³⁸

O melhoramento de nossa relação bilateral durante o governo de Morales Bermúdez refletiu-se também em nosso comércio exterior, que chegou a 559 milhões de dólares entre 1974 e 1978. No entanto, as exportações brasileiras nesse período somaram 316 milhões de dólares, enquanto que as importações de produtos peruanos alcançaram 243 milhões de dólares, resultando numa balança comercial negativa para o Peru de 73 milhões de dólares.²³⁹

No que diz respeito à composição do comércio peruano com o Brasil no período 1974–1978, ele foi fundamentalmente de zinco, equipamentos de transporte, equipamentos mecânicos, prata e cobre.²⁴⁰

Finalmente, de 15 a 17 de outubro de 1979, o presidente Morales Bermúdez, acompanhado pelo chanceler García Bedoya e outros ministros, visita oficialmente o Brasil (primeira visita oficial de um mandatário peruano ao Brasil), onde assina a *Ata de Brasília*, a *Declaração presidencial conjunta* e o *Tratado de amizade e cooperação*. A *Declaração presidencial* de 1979 evidencia uma vontade de diversificar a relação bilateral e trabalhar conjuntamente no campo das finanças, comércio e investimentos. O *Tratado de amizade e cooperação* criou a Comissão de Coordenação, que substituiu a Comissão Conjunta, acrescentando maiores responsabilidades e funções. Tratava-se de um mecanismo de consulta que se reuniria ao menos uma vez ao ano para avaliar, coordenar, promover e incrementar a cooperação entre ambos os países, com especial ênfase no aumento do comércio bilateral, bem como na constituição de empresas mistas e no desenvolvimento de projetos binacionais de complementação industrial, cooperação financeira e investimento público.

Nesse mesmo ano, Peru e Brasil concederam-se linhas de crédito recíprocas para fomentar o comércio; o Peru deu ao Brasil um crédito de 20 milhões de dólares, enquanto que o Brasil concedeu uma linha bastante maior ao Peru com um objetivo similar.²⁴¹ Os governos concordaram também em estudar a possibilidade de constituir uma empresa binacional para a exploração do cobre peruano e, do mesmo modo, associar a PetroPerú à Braspetro para a pesquisa e exploração de petróleo na plataforma continental.

O segundo governo de Fernando Belaúnde (1980–1985)

Terminada a ditadura militar no Peru, o governo de Fernando Belaúnde recebeu a visita do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, entre 24 e 27 de junho de 1981, na primeira vez em que um presidente brasileiro visitava oficialmente o Peru. Era também a primeira visita em que as autoridades brasileiras eram acompanhadas por empresários, buscando imprimir um dinamismo econômico e comercial à relação bilateral.

O presidente brasileiro foi recebido com especiais mostras de amizade do povo peruano, graças à reação imediata do Brasil quando, em janeiro de 1981, o exército equatoriano invadiu parte do território peruano. O Brasil condenou o uso da força e depois trabalhou diplomaticamente para garantir o respeito do *status quo* territorial.²⁴²

O chefe de Estado do Brasil estava acompanhado de uma importante comitiva oficial e 150 empresários, e a visita culminou com a assinatura, no dia 26, de uma *Declaração Conjunta* e de doze acordos internacionais: três protocolos complementares ao acordo básico de cooperação científica e técnica nas áreas de telecomunicações,²⁴³ meteorologia,²⁴⁴ ciência e tecnologia;²⁴⁵ o Acordo geral de cooperação entre a empresa siderúrgica do Peru e a siderurgia brasileira; três protocolos complementares ao convênio comercial para a execução dos projetos do rio Santa, hidrelétrica de Yuncán e outra central hidrelétrica; o Acordo de interconexão viária;²⁴⁶ a Declaração de intenção entre os ministros de Energia e Minas; o Protocolo complementar ao acordo de intercâmbio cultural no campo da cooperação entre universidades;²⁴⁷ e o Acordo sobre cooperação dos usos pacíficos da energia nuclear.²⁴⁸

A *Declaração conjunta* repassou as preocupações comuns aos dois países no âmbito internacional, regional e sub-regional e acolheu a iniciativa do presidente Belaúnde, que alguns consideram predecessora da IIRSA, consistente de uma vinculação multimodal das bacias do Orinoco, do Amazonas e do rio da Prata. Também se destacou a importância de vincular a rodovia da Marginal da Selva a rodovias brasileiras, bem como a interconexão aérea entre Puerto Maldonado e Rio Branco, e entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul. Finalmente, a declaração reiterou a necessidade de estudar a concessão de facilidades especiais recíprocas dos portos litorâneos de ambos os países, bem como incentivar a cooperação siderúrgica e energética, incluindo a elétrica e a nuclear.²⁴⁹

Naquele mesmo ano, foi assinado o contrato para a construção de Charcani V, com a participação de empresas e tecnologia brasileiras, num montante de 89 milhões de dólares, financiados em grande parte pelo governo do Brasil.²⁵⁰

Em 1983, devido à crise econômica internacional, o comércio bilateral decresceu, pois as exportações brasileiras para o Peru caíram de 285 milhões em 1981 para 75 milhões, enquanto que as importações do Peru se reduziram de 123 milhões em 1980 para 57 milhões em 1983.²⁵¹ Além disso, nesse ano paralisaram-se as obras da hidrelétrica Charcani V, financiada em 95% pelo Banco do Brasil e em construção pela empresa brasileira Norberto Odebrecht, associada a Harrison Overseas Corporation Inc., do Canadá. Essa paralisação foi uma reação da Odebrecht à acusação feita pela ElectroPerú de suposta má gestão de trinta milhões de dólares. Também nesse ano, Peru e Brasil celebraram o *Acordo de alcance parcial para a renegociação das preferências concedidas no período 1962–1980* (30 de abril), o *Acordo pelo qual o Brasil decide exonerar o Peru da taxa de melhoramento de portos (TMP) para as mercadorias destinadas ao Peru ou procedentes do Peru, em trânsito pelo porto de Manaus* (18 de agosto), e o *Memorando de intenções entre as Marinhas de Guerra sobre passagem e visita de navios de guerra em águas fluviais fronteiriças e nas que possam ser acordadas por ambas as partes* (29 de setembro).

Não obstante, também por volta de 1983, o Brasil havia conseguido diversificar a estrutura de suas exportações, tendo deixado de ser um exportador quase exclusivo de matérias-primas para converter-se fundamentalmente em exportador de produtos industriais. Com efeito, enquanto que, em 1964, 85% das exportações brasileiras eram de matérias-primas e somente 15% de produtos industriais, em 1983 essa situação se inverteu: as matérias-primas representavam menos de 40% das exportações e os bens industriais em torno de 61%. Destes últimos, 53% eram produtos manufaturados e 8% semimanufaturados; tudo isso contribuiria para melhorar nos anos seguintes o intercâmbio comercial do Brasil com o resto dos países sul-americanos, entre eles, o Peru.²⁵²

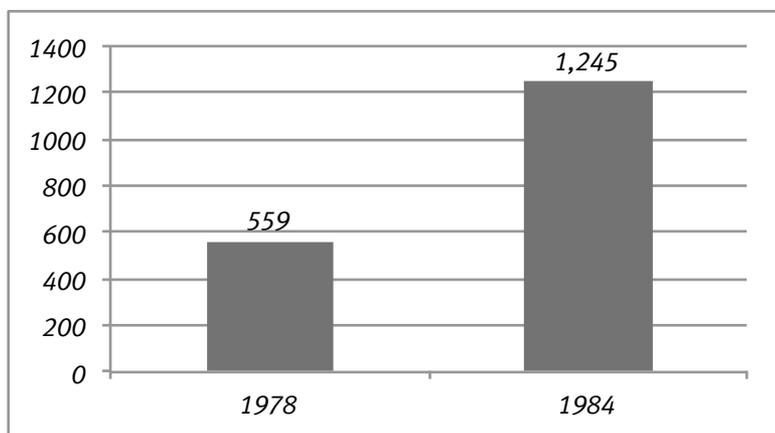
Em 19 de junho de 1984, o presidente Belaúnde correspondeu à visita oficial do presidente do Brasil, ocasião em que foi assinada uma *Declaração Conjunta*, na qual se destacava a importância da cooperação amazônica e da interconexão terrestre e fluvial.²⁵³ Nessa oportunidade, convocou-se a primeira reunião da Comissão de Coordenação Peruano-Brasileira, criada em virtude do *Tratado de Amizade e Cooperação* de 1979,

e também se decidiu ampliar a cobertura do *Acordo de Alcance Parcial 12*, agregando novos produtos à lista originalmente definida. Do mesmo modo, destacou-se a contribuição do Brasil na construção de Charcani V e no projeto hidrelétrico do rio Santa. Por último, insistiu-se na necessidade de dar andamento ao *Convênio de assistência recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas*, de 1976.²⁵⁴

O aprofundamento da relação com o Brasil durante esse período teve também um impacto positivo em nosso comércio bilateral, elevando-se de 559 milhões de dólares no período 1974–1978, para 1.245 milhões de dólares no período 1978–1984, embora a balança comercial tenha continuado a ser deficitária para nosso país.²⁵⁵

Gráfico nº 1

Comércio bilateral (em milhões de dólares)



Fonte: Banco do Brasil. Elaboração: IDEI

Como podemos ver no gráfico, o montante total do comércio bilateral cresceu 123% entre esses dois períodos. Esse crescimento respondeu fundamentalmente – como já indicamos – à transformação da oferta exportável brasileira, que aumentou as possibilidades de comércio com os países da região americana, entre eles o Peru.

O primeiro governo de Alan García (1985–1990)

A virada da política exterior brasileira e a aproximação com o Peru

Em 1985, houve uma mudança de governo no Peru e assumiu a Presidência da República o doutor Alan García Pérez; também nesse ano ocorreu uma virada na política exterior brasileira, consequência em grande parte do retorno à democracia.

Com efeito, até então a política exterior brasileira orientava-se por dois princípios: o da autonomia – em virtude do qual o Brasil buscava ampliar suas margens de manobra na política exterior, motivo que o levou a participar e exercer liderança ativa no G77²⁵⁶ – e o da aliança não escrita com os Estados Unidos – pelo qual se encarregaria de comandar o subcontinente sul-americano, com o beneplácito da grande potência. Até então, as relações do Brasil com os países sul-americanos em geral se caracterizavam pela indiferença e até desconfiança, motivada em parte por seu tamanho, pelas diferenças históricas, culturais e idiomáticas, e por certa visão isolacionista da potência sul-americana.

Essa situação se alterou em 1985, quando se deu o retorno à democracia no Brasil e modificaram-se os esquemas básicos de sua política exterior, que apostou em um *projeto universalista*. Nesse novo período, o Brasil buscava afirmar sua liderança para além da América do Sul, aspirando a um protagonismo mundial. Com esse propósito, consolidaria o espaço sul-americano sob sua indiscutível liderança (para cuja causa ajudou a assinar, em 1994, do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México, que levou a consolidar a visão dos países sul-americanos de que o México fazia parte da América do Norte, encontrando como substituto imediato o Brasil), para a partir daí mostrar-se como membro ativo do G20,²⁵⁷ da OMC e das operações de paz das Nações Unidas.²⁵⁸

Consciente da importância de fortalecer nossa relação com o Brasil, o presidente Alan García fez, em 1985, uma visita ao presidente eleito do Brasil, Tancredo Neves, cujo governo acabaria com a ditadura militar de 24 anos. A visita de García tinha como objetivo superar os problemas surgidos entre a ElectroPerú e o Consórcio Odebrecht com relação à execução do projeto Charcani V, a demora na aprovação do Congresso (Senado) de um acordo de conexão viária assinado entre os governos de Peru e Brasil para dar início a um projeto de desenvolvimento regional em Madre de

Dios e fazer avançar a construção das rodovias de Puerto Maldonado a Iñapari, e o aumento do comércio bilateral.²⁵⁹

Outro ponto de encontro ocorre em 1986, quando o Peru propõe a criação de um Grupo de Apoio (formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai) ao *Grupo de Contadora*, que buscava uma solução pacífica para a violência na América Central. Essa proposta foi imediatamente apoiada pelo Brasil, o que também aconteceu com outra iniciativa peruana destinada à constituição do *Grupo dos Oito*, como mecanismo de concertação política, criado no Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1986. Como se sabe, este *Grupo dos Oito* transformou-se no *Grupo do Rio*.²⁶⁰

Também em 1986, iniciou-se o trabalho do posteriormente denominado (1995) *Mecanismo permanente de consulta, informação e cooperação em assuntos internacionais de interesse comum Peru–Brasil*, em nível de vice-chanceleres, e assinou-se o *Protocolo complementar ao Convênio comercial sobre desenvolvimento integral do eixo Iquitos–Nauta* (11 de novembro).

No momento em que Brasil passava por uma difícil situação econômica, devido ao fracasso do Plano Cruzado, ao estancamento de suas relações com a banca privada internacional e às crescentes demandas internas, Lima recebe, em 22 de maio de 1987, a visita do chanceler brasileiro Roberto de Abreu. Há que sustente que essa visita surpreendeu as autoridades peruanas, que haviam tentado anteriormente, de maneira infrutífera, marcar um encontro de chanceleres. O mesmo ocorreu com a visita ao Brasil do secretário geral de Relações Exteriores do Peru, embaixador Hubert Wieland Alzamora e com a do presidente do Senado peruano, Armando Villanova del Campo. Especula-se que a possível motivação da visita do ministro das Relações Exteriores brasileiro pode ter sido a necessidade do presidente José Sarney de aplacar as demandas do Estado do Acre para que Brasília destinasse maiores esforços e recursos à integração fronteiriça com o Peru.²⁶¹

Em todo caso, o chanceler Roberto de Abreu foi quem preparou a entrevista dos presidentes Alan García e José Sarney, que se realizou em 2 e 3 de julho daquele ano em Rio Branco e Puerto Maldonado, respectivamente. Esse encontro produziu a *Declaração de Rio Branco sobre promoção do desenvolvimento fronteiriço*, na qual se enfatizava a *importância da cooperação bilateral e sub-regional em benefício da área amazônica*, e o *Programa de Ação de Puerto Maldonado*, que propõe a conexão interoceânica Santos–Ilo, através de Iñapari, e uma zona de integração fronteiriça

entre o Estado do Acre e o departamento de Madre de Dios.²⁶² Nessa declaração, decidiu-se realizar em Iñapari e Assis-Brasil o *Programa de desenvolvimento integrado para as comunidades fronteiriças peruano-brasileiras*, com o apoio da comunidade internacional, em especial da OEA.²⁶³ Quanto ao impasse pela construção da hidrelétrica Charcani V, este foi definitivamente superado durante o encontro presidencial; o Peru se comprometeu a pagar o devido à empresa brasileira e o Brasil a desembolsar os 63.5 milhões de dólares que faltavam para terminar as obras civis.²⁶⁴

Em 1987, criou-se também a Câmara de Comércio Peru-Brasil (CAPEBRAS) que, conjuntamente com outras entidades que cuidavam dos assuntos de comércio e investimento bilateral, deu origem (em 21 de agosto de 2001) à Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru-Brasil, conservando suas siglas CAPEBRAS, a qual teve desde então um papel relevante e muito ativo no fortalecimento da relação comercial bilateral, convocando os empresários e setores privados de ambos os países.

Em 2 de junho de 1988, realizou-se em Rio Branco a primeira reunião da Comissão Mista de Cooperação Amazônica Econômica, na qual foi aprovado o *Programa de desenvolvimento integrado das comunidades fronteiriças peruano-brasileiras*. Em outubro e novembro desse mesmo ano, realizaram-se as reuniões sobre tráfico ilícito de drogas da Subcomissão Mista Fronteiriça e da Comissão Peruano-Brasileira sobre Entorpecentes.²⁶⁵

Por último, em 7 de maio de 1989, os chefes de Estado do Peru e do Brasil assinaram uma *Declaração Conjunta em Manaus*, na qual consideravam peremptório aprofundar a relação bilateral, levando em conta a crescente gravitação dos países do Pacífico. A declaração enfatizava a necessidade do respeito mútuo aos tratados, em uma clara alusão ao Protocolo do Rio de Janeiro, bem como a importância do processo de coordenação regional na questão da dívida e a importância do G8; mencionava-se também a possibilidade de cooperação em questões vinculadas à bacia do Pacífico, o Tratado de Cooperação Amazônica e os acordos de cooperação técnica e financeira. Ademais, identificavam-se novas atividades de desenvolvimento conjunto no Peru, como o caso dos projetos de Camisea, Cerro Verde e Chavimochic.²⁶⁶ Este último projeto chegava a 157 milhões de dólares e seria executado pela firma brasileira Odebrecht no norte do Peru; consistia na irrigação de dezoito mil hectares e na melhoria de irrigação de outros dezesseis mil hectares em um período de trinta meses. O projeto estava

dividido em dois pacotes: o Pacote A deveria estar concluído no final do primeiro trimestre de 1989, principalmente no que dizia respeito a obras a serem desenvolvidas na região do Chao; e o Pacote B, na zona de Virú, que deveria estar concluído em 1991.²⁶⁷

Algum tempo depois, em 9 de outubro do mesmo ano, os chanceleres dos dois países assinaram a *Declaração Conjunta* que instalava a *Comissão de coordenação peruano-brasileira* e formalizava o *Plano de ação de cooperação técnica*.²⁶⁸

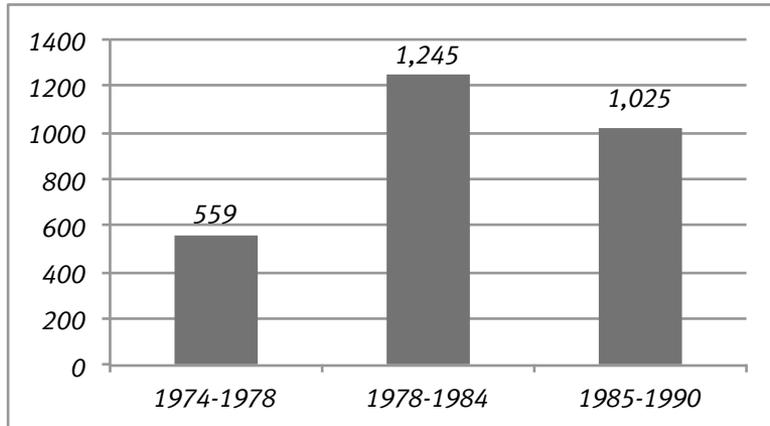
O intercâmbio comercial

Durante o quinquênio do presidente Alan García (1985–1990), o comércio bilateral sofreria uma redução, primeiro em consequência da crise econômica de 1982 – que se estendeu por alguns anos – depois, pela decisão peruana de reduzir o pagamento da dívida externa, o que provocou uma queda brusca na balança comercial e uma redução dos fluxos financeiros brasileiros.²⁶⁹

Segundo o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo do Brasil, as importações somaram um total de 650 milhões de dólares, enquanto que as exportações para o Brasil alcançaram 375 milhões de dólares. Isso significou um intercâmbio comercial total nesse período de 1.025 milhões de dólares, com uma balança comercial claramente negativa para o Peru (-275 milhões de dólares).²⁷⁰ Ou seja, do período de 1978–1984 ao de 1985–1990, o comércio decresceu 18%.

Gráfico nº 2

Comércio bilateral (*em milhões de dólares*)



Fonte: Banco do Brasil - Ministério de Indústria, Comércio e Turismo do Brasil. Elaboração: IDEI

Especificamente, em 1986 e 1987, o Peru exportou para o Brasil diversos produtos que, em sua maioria, eram matérias-primas, ou seja, produtos sem valor agregado, como, entre outros: minerais metalúrgicos de cobre, prata em bruto, minerais metalúrgicos de zinco, cobre eletrolítico, minerais metalúrgicos de chumbo, zinco sem fundir, conservas de sardinhas, sulfatos de cobre, chumbo em bruto, boratos naturais, tatuzinho.²⁷¹

A década de Alberto Fujimori (1990–2000)

A participação do Brasil no desacordo peruano–equatoriano e o Plano de Ação de Lima

No primeiro quinquênio do governo de Alberto Fujimori, as relações do Peru com Brasil sofreram uma forte queda em consequência de diversos fatores de caráter interno, entre eles:²⁷²

- a. Desde o governo de García, o Brasil via com preocupação o crescimento do terrorismo no Peru.
- b. O governo de Fujimori concentrou seus esforços internos na luta contra a inflação e o terrorismo e, no âmbito externo, centrou-se na reinserção do país no sistema financeiro internacional.
- c. Em consequência do programa de estabilização econômica, o Peru contava com muito poucos recursos econômicos para continuar a construção das rodovias que nos uniam ao Brasil.
- d. O autogolpe de 5 de abril de 1992 no Peru contribuiu também para o esfriamento de nossas relações diplomáticas com o Brasil.
- e. A destituição do presidente Fernando Collor de Mello, em 29 de setembro de 1992, limitou também os movimentos diplomáticos brasileiros, que se concentraram na formação do Mercosul.

Não obstante, ocorreram alguns fatos relevantes nessa primeira fase do governo. Assim em 29 de novembro de 1990, os dois países assinaram o *Protocolo de intenções sobre requisitos sanitários para o comércio de produtos de pesca*; em 15 de maio de 1991, assinaram o *Protocolo complementar ao acordo sanitário com o propósito de combater o cólera*; em 30 de julho de 1991, realizou-se em Brasília a primeira reunião da *Comissão mista sobre desenvolvimento de comunidades fronteiriças*; e, em 9 de setembro do mesmo ano, foi assinado o *Protocolo de intenção para a cooperação e o intercâmbio entre o estado do Acre e a região Inca*.

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 1993, Peru e Brasil celebraram um novo *Acordo de complementação econômica* no marco da *Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)*, embora, na opinião de alguns especialistas, o acordo não fosse um sinal certo nem fidedigno da existência de uma vontade de entabular uma relação especial e diferenciada, uma vez que esse tipo de acordo era comum entre os países latino-americanos membros dessa associação.²⁷³

O segundo quinquênio do governo do presidente Fujimori foi marcado pela participação do Brasil como coordenador dos países garantidores no processo de conversações entre o Peru e o Equador, o que limitou de alguma maneira qualquer tentativa de reavivar a relação em nível bilateral. Assim, a visita oficial a Brasília do presidente Fujimori, entre 26 e 29 de fevereiro de 1996, acompanhado de quatro ministros de Estado, terminou com um *Comunicado Conjunto* em que se reconhece o papel desempenhado pelo Brasil em sua qualidade de coordenador dos países garantidores, assim como na formulação da Declaração de Paz do Itamaraty de 17 de fevereiro de 1995. Não obstante, nessa ocasião também foi assinado o *Convênio para a recuperação de bens culturais roubados ou exportados ilícitamente*²⁷⁴ bem como a *Ata de Brasília na qual se criou a Comissão de vizinhança Peru–Brasil*, como mecanismo flexível de alto nível destinado a promover o relacionamento efetivo entre os dois países, com participação dos setores público e privado. Incorporam-se à estrutura dessa comissão de vizinhança os grupos de trabalho de cooperação amazônica e desenvolvimento fronteiriço, integração física e transportes, meio ambiente e cooperação técnica (este último estaria sob a coordenação da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)). Funcionam também dentro dessa comissão a *Comissão mista Peru–Brasil sobre entorpecentes* e a *Comissão mista cultural*. Essa comissão de vizinhança instalou-se finalmente em 7 de agosto de 1996, mediante ata assinada em Lima pelos embaixadores Jorge Voto Bernais, do Peru, e Sebastião do Rego Barros, do Brasil.²⁷⁵ Esse mecanismo flexível de alto nível, coordenado pelas respectivas chancelarias, supunha um mandato amplo para que se reunisse alternadamente nos dois países, com o propósito de analisar as questões mais importantes da agenda bilateral. Nessa mesma data, reuniu-se o *Mecanismo permanente de consulta, informação e cooperação em questões internacionais e em assuntos de interesse comum*.

Também em 1996, criou-se o *Grupo parlamentar peruano–brasileiro*, com o propósito de reforçar os vínculos entre os legislativos dos dois países.²⁷⁶

Em 21 de agosto de 1997, Peru e Brasil assinaram acordos entre as academias diplomáticas, de assistência judiciária em matéria penal, cooperação científica e tecnológica no âmbito das matemáticas, bem como no da agricultura, rádio, televisão e promoção comercial.

Dois meses depois, chegou a Lima o chanceler do Brasil Luís Felipe Lampreia, que assinou com o chanceler Eduardo Ferrero um comunicado

conjunto, datado de 24 de outubro, no qual consta a instalação e realização da Primeira Reunião do *Grupo de trabalho ad-hoc sobre promoção econômico-comercial*, a qual ocorreu em São Paulo, em 18 de agosto de 1998, com a presença de uma centena de empresários brasileiros e trinta empresários peruanos. Nessa visita, assinou-se também um memorando de entendimento sobre cooperação energética²⁷⁷ e se concordou em celebrar dois convênios de apoio técnico para o programa de cooperação técnica na área da pequena e microempresa (PYMES)²⁷⁸ e para a capacitação de docentes dos centros de educação ocupacional (CEO) e institutos superiores tecnológicos do Peru (ITS).²⁷⁹

Em 16 de abril de 1998, foi assinado o *Acordo parcial de complementação econômica N° 39* entre os países-membros da Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). No entanto, sua execução se dilatou e não chegaria a ser implementado devido ao desenvolvimento das negociações entre os blocos sub-regionais CAN-Mercosul.

Em continuação ao trabalho de apoio do Brasil ao processo de paz peruano-equatoriano, em 9 de junho de 1998, Peru e Brasil celebraram o *Acordo para a provisão de apoio à missão de observadores militares Peru-Ecuador (MOMEPE II)* e, em 27 de agosto, realizou-se a IV Reunião do Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas em nível de vice-chanceleres.

Concluído o processo de paz entre o Peru e Equador, em 26 de outubro de 1998, Peru e Brasil intensificam suas relações. O encerramento desse processo liberou, de certa forma, a capacidade de iniciativa de ambos os Estados para fortalecer sua relação, pois até então, a condição de garantidor neutro do Brasil limitava qualquer tentativa de uma maior aproximação.

Nesse novo contexto, ambos os países estavam conscientes da necessidade de revitalizar a relação mediante um gesto político de importância, bem como de ampliar as áreas de cooperação. Foi assim que, em 21 de julho de 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Peru e durante sua permanência em Lima assinou o *Acordo de assistência judiciária em matéria penal*,²⁸⁰ o *Acordo de criação do comitê de fronteiras*, o *Acordo complementar ao Convênio de intercâmbio cultural sobre divulgação recíproca de informação nas áreas de rádio e televisão*,²⁸¹ além de três acordos complementares ao Acordo básico de cooperação científica e técnica nas áreas agrícola, comercial e da matemática.²⁸²

Nessa oportunidade, foi assinado também o *Plano de Ação de Lima*,²⁸³ instrumento de particular relevância, pois revitalizou os compromissos assumidos e estabeleceu outros novos em áreas definidas por ambos os chefes de Estado. Assim:²⁸⁴

- a. No âmbito da *integração física e transportes*, convocou-se a terceira reunião do grupo respectivo em Rio Branco, em setembro de 1999, com o objetivo de supervisionar o Projeto Iñapari-Assis Brasil e Pucallpa-Cruzeiro do Sul, ao qual se agregou o Projeto Multimodal Paita-Sarameriza. Este grupo também daria continuidade aos estudos sobre transporte aéreo fronteiro e interconexão fluvial.
- b. Com referência ao *tráfico ilícito de drogas*, convocou-se uma reunião de altas autoridades em Brasília, em setembro de 1999, oportunidade na qual foi assinado o *Acordo sobre cooperação em matéria de prevenção do consumo, reabilitação, controle da produção e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos*, que entraria em vigência em 2002.
- c. Quanto ao meio ambiente, convocou-se a quarta reunião do grupo de trabalho em Lima, em outubro de 1999, com o propósito de fortalecer as capacidades nacionais no campo da biossegurança e biotecnologia, bem como no acesso aos recursos genéticos. Também se encarregaria de estudar a proteção dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas, bem como o que dizia respeito à extração e ao tráfico ilícito de madeira.
- d. Em relação à *cooperação técnica*, convocou-se a quarta reunião do grupo de trabalho em Lima, em março de 2000, e estimulou-se um programa de cooperação técnica de apoio à pequena e microempresa.
- e. Com respeito à *promoção econômica e comercial*, convocou-se a terceira reunião em Manaus, em maio de 2000, e apoiou-se a terceira reunião empresarial Peru-Brasil, que se realizaria na mesma data.
- f. No que dizia respeito às *relações culturais*, convocou-se a segunda reunião da Comissão Mista Cultural em Brasília, em outubro de 1999.
- g. Quanto à *Comissão de vizinhança*, que devia realizar um acompanhamento das atividades dos diversos grupos de trabalho e do Plano de Ação de Lima, convocou-se a primeira reunião em Brasília, em janeiro de 2000.
- h. Finalmente, sobre *Amazônia e fronteira comum*, concordou-se em promover as rodadas de conversações entre os altos comandos militares das Forças Armadas.

O Plano de Ação de Lima também contemplou os seguintes grupos e mecanismos de trabalho:²⁸⁵

- a. Grupo de trabalho sobre cooperação amazônica e desenvolvimento fronteiriço;
- b. Comitê de fronteira Iñapari-Assis Brasil (Brasil);
- c. Polo de desenvolvimento binacional Iñapari-Assis Brasil (Brasil);
- d. Projeto sobre aproveitamento de recursos florestais;
- e. Grupo de trabalho sobre segurança e desenvolvimento da Amazônia;
- f. Rodadas de conversações militares;
- g. Grupo de trabalho sobre integração física e transportes;
- h. Grupo de trabalho *ad-hoc* sobre navegação fluvial;
- i. Grupo de trabalho sobre meio ambiente;
- j. Reunião de altas autoridades sobre luta contra o tráfico ilícito de drogas;
- k. Comissão mista peruano-brasileira antidrogas;
- l. Grupo de trabalho de cooperação técnica Peru-Brasil;
- m. Grupo de trabalho sobre promoção econômica e comercial;
- n. Comissão mista cultural.

Como se pode ver, a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso e seu encontro com o presidente Fujimori foram de especial relevância para dar um novo impulso à relação peruano-brasileira, marcando um roteiro ao qual dariam continuidade os mandatários seguintes de ambos os países.

Esse período conclui-se com a celebração do *Acordo sobre cooperação em matéria de prevenção do consumo, reabilitação, controle da produção e do tráfico ilícito de entorpecentes*²⁸⁶ e com a assinatura em 6 de dezembro do mesmo ano de três acordos adicionais sobre o meio ambiente amazônico,²⁸⁷ cooperação e colaboração em matéria de saúde agropecuária²⁸⁸ e para combater o tráfico de aeronaves comprometidas em atividades ilícitas transnacionais.²⁸⁹

O intercâmbio comercial

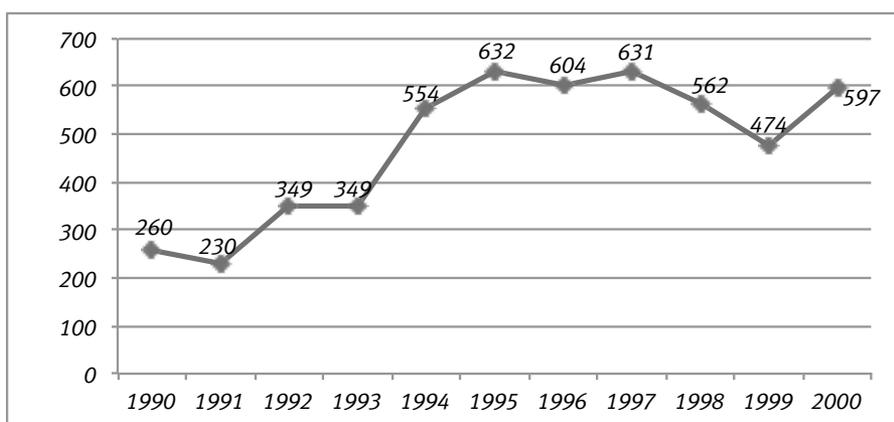
Durante os dez anos de governo do presidente Fujimori, o intercâmbio comercial entre Peru e Brasil aumentou de maneira importante, pois de 260 milhões de dólares em 1990, ultrapassou 597 milhões de dólares no ano de 2000 – um crescimento de 127% – como podemos ver a seguir na Tabela 1 e no Gráfico 3:

Tabela nº 1
Intercâmbio comercial Peru-Brasil 1990–2000 (em milhões de dólares)

Ano	Exportação (valor FOB)	Importação (valor FOB)	Balança comercial	Intercâmbio total
1990	106	154	-48	260
1991	74	156	-82	230
1992	160	189	-29	349
1993	124	225	-101	349
1994	181	373	-192	554
1995	200	432	-232	632
1996	239	365	-126	604
1997	256	375	-119	631
1998	180	382	-202	562
1999	173	301	-128	474
2000	221	376	-155	597

Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI

Gráfico nº 3
Evolução do intercâmbio comercial Peru-Brasil 1990–2000 (em milhões de dólares)



Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

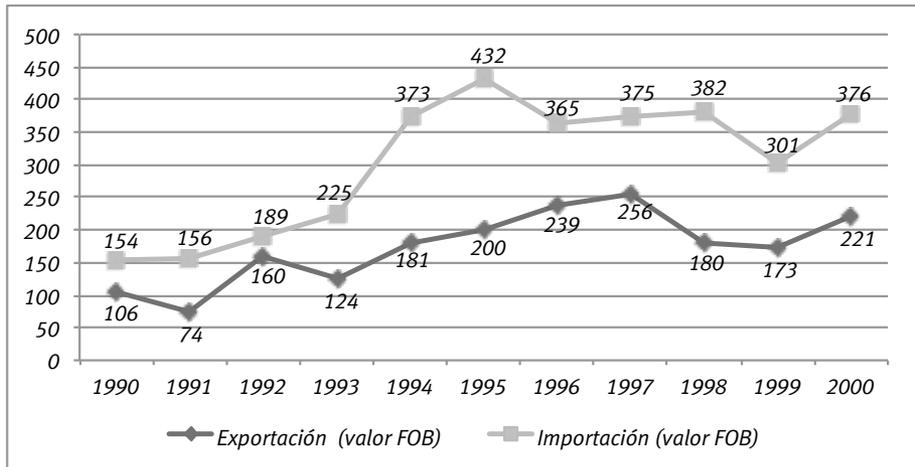
O Gráfico 3 também nos mostra que, nesse período, 1991 é o ano com menor intercâmbio comercial, chegando à cifra de 230 milhões de dólares. Por outro lado, aos anos de 1995 e 1997, no segundo período de Fujimori, correspondem os maiores picos desse intercâmbio (US\$ 632 e US\$ 631 milhões, respectivamente), sendo o último ano de seu mandato o terceiro pico (US\$ 597 milhões).

No que diz respeito à composição do intercâmbio, as exportações peruanas se concentraram fundamentalmente no setor de minérios (cobre 50%, zinco 25%, prata e chumbo 8%) enquanto que as importações brasileiras foram de bens de capital com alto valor agregado, como maquinaria agrícola, veículos, produtos farmacêuticos, entre outros. Não obstante, devemos ressaltar, como referência, que as exportações peruanas para o Brasil, até 1997, constituíam quase 27% do total de nossas exportações para a América do Sul.²⁹⁰

Como podemos ver no Gráfico 4, foi em 1995, ano do maior intercâmbio comercial, que se registrou o maior nível das importações brasileiras pelo Peru (com US\$ 432 milhões), as quais aumentaram de 1990 (US\$ 154 milhões) para 2000 (US\$ 376 milhões) em 144%. Por sua vez, as exportações peruanas tiveram seu melhor nível em 1997, com US\$ 256 milhões, registrando um aumento de 141% desde 1990; no entanto, caíram nos dois anos seguintes. Assim, podemos concluir que, de 1990 a 2000, as exportações peruanas para o Brasil cresceram 108%.

Gráfico nº 4

Evolução das exportações e importações peruanas 1990–2000 (em milhões de dólares)

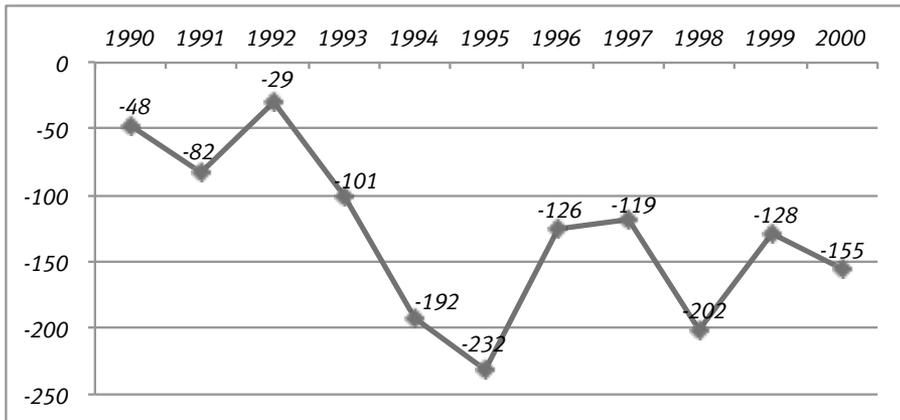


Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

Por fim, a balança comercial em toda a década foi sempre negativa para o Peru, caindo de -48 milhões de dólares em 1990 para -155 milhões de dólares em 2000, isto é, o déficit aumentou em 223%:

Gráfico nº 5

Evolução da balança comercial 1990–2000 (em milhões de dólares)



Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

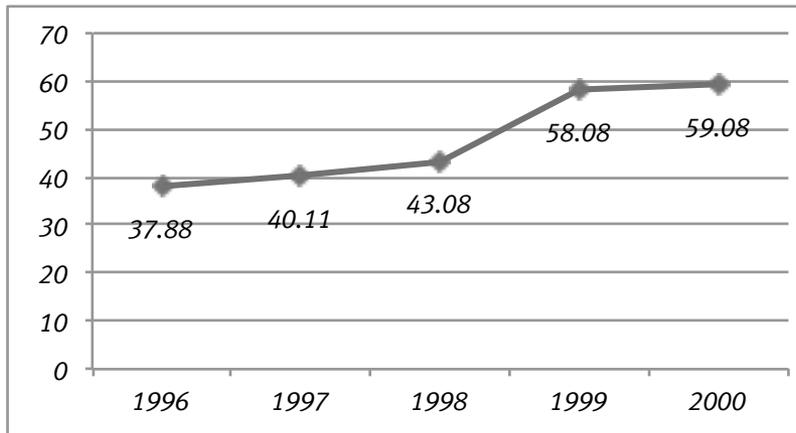
É interessante ressaltar que, embora em 1992 a balança comercial tenha apresentado uma melhora para o Peru, a partir de 1993 a balança cairia ano a ano, chegando a -232 milhões de dólares em 1995. Os anos 1996 e 1997 representariam uma melhora que não se repetiria em 1998, ano do segundo maior déficit da balança comercial (-202 milhões de dólares) dos dez anos desse governo.

O investimento

Durante esse decênio, o nível de investimento brasileiro no Peru foi muito baixo, ocorrendo um ligeiro aumento entre 1996 e 2000, quando a cifra de investimento cresceu de 37,88 milhões de dólares para 59,08 milhões, ou seja, um aumento de 56% em cinco anos, como se vê no seguinte gráfico:

Gráfico nº 6

Evolução do investimento brasileiro no Peru 1996–2000 (em milhões de dólares)



Fonte: SUNAT. Elaboração: IDEI.

No entanto, no primeiro quinquênio do presidente Fujimori, o investimento brasileiro não superou em seu conjunto cinco milhões de dólares, ou seja, em torno de 0,1% do total do investimento estrangeiro direto registrado no Peru, embora esse número significasse um crescimento de 62% em relação ao investimento brasileiro recebido no início do governo.²⁹¹